

BETAPART PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Betapart Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista, a participação em empreendimentos imobiliários e, como cotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

A Companhia não detém nenhum investimento operacional, exceto quanto à participação em fundos de investimentos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Companhia não possui resultado abrangente, motivo pelo qual não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente.

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional").

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 07 de março de 2013.

3. Principais Práticas Contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como títulos para negociação, mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Estas aplicações financeiras estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos "pro-rata temporis" até a data do encerramento do exercício, não excedendo ao valor de mercado.

c. Impostos e contribuições a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

d. Outros investimentos

Está demonstrado pelo valor de custo. Vide nota explicativa nº 5.

e. Passivo circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

f. Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

g. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos da Administração da Companhia considera que a parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada obrigação legal prevista no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08, os dividendos são somente provisionados quando se constitui a obrigação legal.

h. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas trimestralmente.

i. Demonstração do valor adicionado

A Companhia incluiu na divulgação das suas demonstrações contábeis a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

j. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia:

IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis;
IAS 19 – Benefícios a Empregados;
IAS 27 – Demonstrações Contábeis Separadas;
IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Controladas em Conjunto;
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros;
IFRS 10 – Demonstrações contábeis Consolidadas;
IFRS 11 – Negócios em Conjunto;
IFRS 12 – Divulgação Sobre Participações em Outras Entidades;
IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo.

Na avaliação da Companhia não são esperados impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2012	2011
Depósitos bancários	5	-
Aplicações financeiras	1.010	8.780
	1.015	8.780

Referem-se a aplicações financeiras de curto prazo, constituídas por cotas de fundos de investimento de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. A composição da carteira está representada por:

Fundo	Instituição Financeira Administradora	2012		2011	
		Quantidade de Cotas	Valor	Quantidade de Cotas	Valor
Opportunity Top DI	BNY Mellon	418.079,88	1.010	3.938.633,45	8.780
			1.010		8.780

5. Aplicações Financeiras - Transações com Partes Relacionadas

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de julho de 2012 deliberou sobre a redução do capital social da Companhia com restituição da totalidade das cotas detidas no Opportunity Holding FIP aos acionistas.

A Companhia detinha 41,04146996 cotas do Opportunity Holding Fundo de Investimento em Participações – FIP (“Holding FIP”) (administrado pelo Banco Opportunity S.A. e gerido pela Opportunity Private Equity Gestora de Recursos Ltda.) que foi constituído em 23 de agosto de 2006 e iniciou suas atividades em 15 de fevereiro de 2007 sob a forma de condomínio fechado com prazo determinado de duração de 10 (dez) anos contados a partir do início de suas atividades, prorrogável por deliberação da assembleia geral de cotistas. O fundo tem como objetivo proporcionar a seus condôminos a valorização de suas cotas, mediante a aplicação em ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias abertas ou fechadas.

Em 2012, a Companhia recebeu do fundo R\$2.092 (R\$2.885 em 2011) a título de dividendos, registrados no resultado do exercício como dividendos.

6. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social está representado por 2.761.620 ações ordinárias, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital independentemente de decisão em Assembleia, até o limite de R\$ 10.000.000 (dez bilhões de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de julho de 2012 aprovou o aumento de capital social da Companhia em R\$ 3.669 mediante capitalização da totalidade dos recursos constantes das Reservas de Lucros sem emissão de novas ações. Ato contínuo foi aprovada a redução do capital social em R\$ 6.796 sem a redução da quantidade de ações, por julgá-lo excessivo em relação às atividades desenvolvidas, a ser restituído aos acionistas.

b) Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

A Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de janeiro de 2012 aprovou a distribuição de dividendos no valor total de R\$ 8.000 sendo R\$ 6.490 computados à dividendos adicionais e R\$ 1.510 referentes a reserva de retenção de lucros da Companhia.

A Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de agosto de 2012 aprovou a distribuição de dividendos antecipados no valor total de R\$ 1.030.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 os dividendos foram calculados da seguinte forma:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	2.140	3.575
Reserva legal (5% - limitada a 20% do capital social)	(107)	-
Base de cálculo dos dividendos	2.033	3.575
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	508	894
Dividendos intermediários, imputáveis aos dividendos mínimos obrigatórios, adiantados no decorrer do exercício de 2012	1.030	-
Dividendos Propostos	-	894
Dividendo por ação	0,37	0,32

c) Reserva de retenção de lucros

O art. 10. da Lei nº 11.638/07, alterou o art. 199 da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), onde determinou que o saldo das reservas de lucro, excetuadas as reservas de contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Considerando que em exercícios anteriores os acionistas já evidenciaram a sua preferência pelo recebimento de dividendos, ao invés da incorporação dos lucros ao capital social, os acionistas precisam deliberar em Assembleia sobre a destinação desta reserva no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

7. Instrumentos Financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em comparação com as vigentes no mercado.

A Companhia tem como política não assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles e riscos. A Companhia não realizou operações com derivativos no exercício.

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.